

9. PROPOSTA DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO COMO BEM DE INTERESSE MUNICIPAL DO EDIFÍCIO DO TEATRO CIRCO, TAMBÉM CONHECIDO CO “THEATRO CIRCO DE BRAGA”:

Da **DPCH – Divisão do Património Cultural de Habitação**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a proposta de abertura do procedimento de classificação como **Bem Cultural de Interesse Municipal**, o edifício do Teatro Circo, também conhecido como “Theatro Circo de Braga”, sito no gaveto da Av^a. da Liberdade com a rua Dr. Gonçalo Sampaio, ao qual correspondem, os números de polícia, 667 a 705 e 2 a 26, da União das freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), extinta freguesia de S. José de S. Lázaro.



BRAGA
Município

DPCH - DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO

Processo :

Registo de entrada:

Requerente: Câmara Municipal de Braga

Local : Teatro Circo

Informação: 10788 de 06/04/2018

Assunto: Proposta de abertura do procedimento de classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal do edifício do Teatro Circo, também conhecido como "Theatro Circo de Braga"

Técnico responsável: Jose Pedro Cortes Lopes

Informação:

- 1- De acordo e nos termos do despacho do Sr. Vereador do Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Habitação e Gestão do Centro Histórico, Doutor Miguel Bandeira de 29/12/2017, tendo por base o formulário inerente ao procedimento de classificação de bens culturais de interesse municipal e respectivos anexos que fazem parte integrante da presente proposta de classificação considera-se, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 94.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, que estão reunidas as condições para determinar a abertura do procedimento de classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal do edifício do Teatro Circo, também conhecido como "Theatro Circo de Braga" sito no gaveto da Avenida da Liberdade com a rua de Dr. Gonçalo Sampaio, ao qual correspondem, respectivamente, os números de policia, 667 a 705 e 2 a 26,
- 2- Após despacho e caso o mesmo seja favorável, a presente proposta deverá ser submetida a decisão em sede de reunião do executivo camarário.
- 3- Caso a referida proposta venha a ser aprovada, deverá ser feita comunicação à DRCN/DSBC para se pronunciar nos termos do referido no n.º 2 do mesmo artigo do citado diploma, conjugado com o disposto no art.º 61.º do Dec. Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro.
- 4- A presente informação e a decisão que vier a ser proferida deverão ser também tornadas públicas através de edital.
- 5- Após decisão final o processo deverá ser enviado à D.I.S.I.Q. para procedimento de divulgação conforme disposto no n.º 2 do Art.º 11.º do Dec. Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro.
- 6- Posteriormente o processo deverá regressar à D-CH para conhecimento e procedimento.

Envio ao Sr. Presidente para
conhecimento e despacho final.
JP (Pedro Lopes), 11/04/18

Relatório do Documento nº 10788

DATA DE IMPRESSÃO 08/06/2018

NÚMERO DE REGISTO 10788

TIPO REGISTO INTERNO

REGISTADO NO DIA 06/04/2018

DOCUMENTO Nº

REMETENTE FUNC.: JOSE PEDRO CORTES LOPES

DATA 00/00/0000

TIPO DE DOCUMENTO INFORMAÇÃO DE CARÁCTER TÉCNICO

REFERÊNCIA

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

REGISTADO POR pedro.lopes

ATUALIZADO POR celina.brandao

ASSUNTO

Proposta de abertura do procedimento de classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal do edifício do Teatro Circo, também conhecido como "Theatro Circo de Braga"

Anexos do documento

Contém 1 anexo(s) do tipo Diversos / Data: 06/04/2018

Observações: -

Conhecimentos do documento

Enviado por miguel.bandeira, em 30/04/2018 15:04, para o Func. 776 - Jose Pedro Cortes Lopes e ainda não rececionado

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original Serv: DPCH - DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO 450.20.501 - Classificação de bens e sítios culturais

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 06/04/2018 17:22 para Serv: DMUOP - DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO ORDENAMENTO

Movimento efetuado por pedro.lopes Func.: 776 - Jose Pedro Cortes Lopes

Motivo: Registo original!

Movimento (2) efetuado no dia 09/04/2018 10:34 para Serv: GABINETE VEREADOR MIGUEL BANDEIRA

Movimento efetuado por zamith.rosas Func.: 4838 - Antonio Jose Zamith Soares Rosas

Motivo: Concordo com os termos da proposta, submetendo-se à aprovação do Vereador Miguel Bandeira, tendo em vista a tramitação subsequente.

Movimento (3) efetuado no dia 30/04/2018 15:04 para Serv: DMUOP-SA - SAIDAS

Movimento efetuado por miguel.bandeira Vereador: 4829 - Miguel Sopas Melo Bandeira

Motivo: Concordo, proceda-se de acordo com a informação técnica, a submeter à reunião de Câmara

Movimento (4) efetuado no dia 07/06/2018 17:26 para Serv: DPCH - DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO

Movimento efetuado por celina.brandao Func.: 69 - Maria Celina Ferreira Costa Brandao

Motivo: Para procedimento

*
Sr. Ver.
M.B.



DMUOP/DGU/DPCHGCH

Handwritten signature or mark.

A – REQUERIMENTO INICIAL DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL

* Campos de preenchimento obrigatório

1. IDENTIFICAÇÃO*

Património Arquitetónico ☒ Património Arqueológico ☐ Património Misto ☐

Designação/Nome: TEATRO CIRCO

Outras Designações: TEATRO CIRCO DE BRAGA

Local/Endereço: Avenida da Liberdade n.º 697 gaveto com a rua Dr. Gonçalo Sampaio

Localidade: Braga

Concelho: Braga

Distrito: Braga

Código Nacional de Sítio (CNS): _____ (No caso de se tratar de património arqueológico)

2. CARATERIZAÇÃO

2.1. Função Original: Teatro e Circo

2.2. Função Actual: Sala de espectáculos e cinema

2.3. Enquadramento: Urbano, Centro Histórico de Braga

2.4. Descrição Geral:*

2.5. Estado de Conservação:

	MB	B	RZ	M	R
Paredes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pavimentos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

MB - Muito Bom; B - Bom; RZ - Razoável; M - Mau; R - Ruína



DMUOP/DGU/DPCHGCH

- 2.6. Espólio: Mantido na generalidade no edifício no âmbito do processo de restauro e reabilitação realizado entre 1999 e 2006
- 2.7. Depositário do espólio/materiais : no próprio edifício e armazenado á guarda da gestão do TC.

3. SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE (obrigatório apenas quando o proponente for o proprietário) *

- 3.1 Proprietário: Câmara Municipal de Braga
- Endereço: Praça do Município, Edifício dos Paços do Concelho
- 3.2 Artigo Matricial: 1254

4. OBSERVAÇÕES

- 4.1 Intervenções previstas: Conservação
- 4.2 Pessoas/entidades que possam dar informações: Dr.^a Claudia Leite Administradora Executiva do Teatro Circo
- 4.3 Restrições à divulgação da informação: Previamente a qualquer divulgação contactar a responsável pela gestão do edifício: Dr.^a Claudia Leite

5. OUTRAS PROTEÇÕES (caso existam)

- 5.1 Intervenções previstas:
- 5.2 ZEP: Fonte do Ídolo, Hospital de S. Marcos e Palácio do Raio
- 5.3 Instrumentos de gestão territorial: Código Regulamentar do Município de Braga

6. CARATERIZAÇÃO HISTÓRICA

- 6.1 Época(s) construtiva(s): século XX Primórdios
- 6.2 Nota histórica:

A edificação do Theatro como marco da modernidade e do cosmopolitismo urbano em Braga dois séculos de um trajeto comum por locais e contextos diversos

Extinto o senhorio eclesiástico em 1790, a modernidade em Braga afirmava-se tardia e lentamente numa cidade marcada ainda pela ambiência hegemónica das estruturas de *antigo regime*, fortemente tutelada, sobretudo nos costumes, pela omnipresente Igreja Primacial e, naturalmente, condicionada aos desenvolvimentos históricos fraturantes do País na primeira metade do século XIX, próprios da tensão crescente entre uma religiosidade enraizada e um secularismo despotante.

Ao que é hoje possível apurar, até meados desse século, a oferta regular de espetáculos dramáticos em Braga circunscrevia-se ao impreciso *teatro de madeira*, sito à esconsa rua dos Cegos – mais tarde conhecida por rua do Colégio¹ – e, ainda, pela utilização mais ou menos esporádica do *salão do Lyceu*, aos *Congregados*, nas décadas de 1840 a 18602. Este último, além de servir para *bailes de máscaras* e *récitas amadoras*, era também palco de atuação das companhias visitantes nacionais e até estrangeiras que, então, o demandavam, certamente porque o primeiro não reuniria as necessárias condições para o desempenho da função. Com efeito, desde 1840 que vinha sendo denunciado o estado precário do teatro da rua dos Cegos, tido como *um documento de vergonha e descrédito para a Terceira Cidade do Reino*, a pretexto do qual a Câmara peticionou à Rainha a construção de



DMUOP/DGU/DPCHGCH

R

um novo teatro no interior da desamortizada *cerca dos Congregados*, à cangosta da Palha. Para tal, invocar-se-iam as razões de centralidade do lugar, por este se encontrar próximo do espaço social mais animado da cidade – o *passeio público* – e a vantagem da opção não implicar custos com a compra do terreno.

Fosse qual fosse a solução, o destino do antigo teatro estava traçado. Desde logo porque, poucos dias antes de se terem iniciado os trabalhos de edificação do novo edifício, o único teatro existente na cidade, de acordo com *O Bracarense*⁵, seria destruído por um incêndio, que lavrou no dia 8 de agosto de 1855, tendo este facto, naturalmente, redobrado o imperativo de Braga passar a dispor permanentemente de uma nova sala de espetáculos. - **de São Geraldo**

Mais do que a construção isolada de um renovado equipamento público, a edificação do teatro tornar-se-ia num verdadeiro projeto coletivo da cidade que extravasaria o âmbito restrito da sua construção específica, para se tornar também num motivo de debate sobre a modernidade da própria urbe. Veja-se expressão diversa dos critérios funcionais a adotar, sustentados na incompatibilidade do teatro eventualmente poder vir a situar-se na *cerca traseira* ao *Lyceu*; passando pelo ónus da dominialidade pública dos terrenos do largo do *Ourado* (ou *Eyrado*), onde efetivamente veio a ser erguido; até às questões de ordem moral, levantadas pela contiguidade de uma Igreja fronteira a uma sala de espetáculos. De facto, a construção do teatro conheceu diversas peripécias e vicissitudes de estratégia. Contudo, ao nível das obras públicas, o projeto do teatro traduziria a sintonia cooperante entre a edilidade e a iniciativa crescente da burguesia liberal local na modernização da cidade.

A hipótese mais forte, defendida pela Câmara Municipal de Braga, apontava para a construção do teatro na *cerca dos Congregados*, precisamente porque gerindo esta as rendas do ex-convento que estavam afetas à compra de livros para a *Biblioteca*, o argumento assentava de feição ao desígnio do teatro como razão útil de alto serviço cultural tal como consta da representação enviada à Rainha, em fevereiro de 1850. Em sentido contrário opôs-se o *Lyceu*, que ocupava o ex-convento, considerando tal uso perturbador do seu normal funcionamento, tanto mais que até se preparava para abrir um internato no edifício. Logo enviados os protestos, diga-se, sem surpresa, o teatro mereceu o indeferimento. Todavia, dois anos passados, a autarquia ainda insistia na ideia, sendo então definitivamente rejeitada por uma portaria ministerial⁷.

Havia, pois, que encontrar uma alternativa que se adequasse à necessidade e ambições do projeto. Em março de 1854⁸ a Câmara Municipal nomearia uma *Comissão* para o efeito, a qual, decorridos dois meses, concluiria pela localização do teatro no largo do *Ourado*, ao *Campo de Sant'Anna* (sito no atual Banco de Portugal, na Praça da República).

Recorde-se que o Município de então, presidido pelo *Barão de S. Martinho*, andava empenhado num vasto programa urbanístico de intervenção na área, pelo que o teatro veio integrar a série de obras do *Jardim e Passeio Público*⁹, bem como os trabalhos de ultimateção da *biblioteca*, inscrevendo-se assim no âmbito do empréstimo autorizado pelo governo e *Junta Distrital*, destinado à sua consecução. Daí se compreenda que o projecto da sala de espetáculos tenha sido entregue, no mesmo ano, ao autor das restantes obras em carteira, o engenheiro *Manoel Couto Guimarães*.

O teatro inscrevia-se assim como um desígnio do processo de modernização da cidade, o qual adquiriu um renovado alcance ao ter suscitado a constituição de uma *sociedade anónima* capitalista, votada aos *melhoramentos da sua terra*, mobilizando, assim, a elite burguesa bracarense numa aspiração colectiva que passou a ser também cosmopolita. Na realidade, não só um dos seus principais promotores viria a ser o próprio presidente da edilidade – que inclusive dispôs a sua casa para as reuniões da *novel sociedade* – como a Câmara também se consignava em ser um dos seus acionistas. Porém, porque o período era propício a ambições alargadas, ou tão-somente porque se ansiava o arranque célere das obras, a referida *sociedade* predispôs-se a assumir os encargos do projeto, tendo sugerido oportunamente que os cerca de *doze contos* do empréstimo, inicialmente destinados à construção do teatro, fossem transferidos para a obra de abertura de *uma boa estrada para o Bom Jesus*, por esta se considerar de *mais reconhecida vantagem*.



DMUOP/DGU/DPCHGCH

Desagravado o município do compromisso do equipamento, por carta de lei de 9 de maio de 1855, subsistia, no entanto, o impasse gerado pela solicitação do aforamento do terreno do *Ourado*, necessário à sua construção. Este facto, que fora despoletado por iniciativa dos sectores que estavam contra a localização do novo teatro junto à Arcada, daria azo a um debate que, pela sua exemplaridade, relativamente ao direito do urbanismo e ao conceito coevo de modernidade, nos merece particular atenção.

Em 10 de junho de 1855, o local destinado ao teatro seria providencialmente desonerado da sua função de *mercado da erva e da sardinha*, por se considerar atentatório da imagem evoluída que se pretendia para a cidade. Ainda assim, este não seria o principal argumento invocado pelas vozes que, desde então, se pronunciaram contra a localização do novo teatro. Pouco depois do lugar ter sido anunciado, o *Ministro e Definitório da Ordem Terceira*, bem como um conjunto de moradores cercanos, haviam reclamado da incompatibilidade da função com a proximidade fronteira ao templo dos *Terceiros*. Seguir-se-ia, com o mesmo objetivo, a ação despoletada pelo Vereador Torres e Almeida que, com algum sentido instrumental e premonitório, se dirigiu às instâncias superiores no sentido de anular a decisão de desafetar a dominialidade pública do espaço escolhido, por considerar o aforamento, celebrado em 23 de março de 1855, entre os requerentes e a Câmara Municipal, como uma *usurpação de terreno público concedido sem as solenidades da lei*. Estes contra-atacariam da eventual nulidade do acordo, dando início a um processo que fez mover diversas iniciativas políticas. A edilidade, chamada a pronunciar-se em 26 de Fevereiro de 1856, secundaria os pretendentes face à validação do foro, produzindo um argumentário que é elucidativo, não só das teses em confronto, como, sobretudo, revelador da política urbana então seguida pela edilidade.

Assim, face à acusação de que a maior parte dos vereadores, por pertencerem à sociedade encarregada de construir o teatro, era duplamente parte decisora e interessada, o município defender-se-ia afirmando não haver "um só accionista que subscrevesse para tal empresa com vistas no interesse ou em lucros que ninguém espera, e só com o pensamento Patriótico de concorrer para que esta cidade fosse dotada de um estabelecimento que (...) associabilidade e a civilização altamente reclama". Contudo, mais interessante do que o contributo retórico do argumento, a Câmara rejeitava a contestação do aforamento com base no entendimento particular das suas competências, declarando a propósito:

"Que ela não conhece dentro da cidade terrenos de logradouro público e apenas ruas para o trânsito e praças para passeio ou para mercados; mas que o aforamento feito à Comissão nem tolheu o trânsito público, que continua ainda por largos campos laterais ao teatro já começado, nem as entradas e saídas dos prédios circunvizinhos, para os quais foram reservadas as precisas servidões, nem as vistas dos prédios nobres, porque ao Nascente e norte do mesmo teatro nenhum há que merece ser (...) como tal conceituado; e ao poente e Sudeste ficam os dois referidos campos; nem finalmente foi prejudicado o público, retirando-se do terreno aforado a Praça da Erva ou da Sardinha, já porque ninguém contestará às Câmaras o direito tanto de aforar as ruas e praças, como designar e mudar os lugares dos mercados, e já porque aquele se costumava fazer no terreno aforado, não podia por mais tempo ser consentido no coração da cidade, na parte mais formosa e mais nobre"(...).

A polémica prosseguiria ainda com as obras em andamento, iniciadas em 27 de setembro de 1855, no mesmo mês em que viria a ser confirmada a validade do aforamento. A obra de estrutura edificada terminaria cerca de dois anos depois, tendo a casa sido inaugurada na noite de 8 de junho de 1860 sob a designação de *Theatro de São Geraldo*, com um espetáculo anunciado sob a égide da nossa "primeira vedeta feminina", a actriz Emília das Neves. A cidade de Braga, naturalmente, "depois de Lisboa e Porto", passou a ser a "que possui o melhor theatro do paiz". A mancha de ocupação do imóvel deu azo a uma nova rectificação do gaveto entre a rua dos Chãos e o Campo de Sant'Anna, passando o teatro a definir um pequeno quarteirão que iniciaria a supressão da ala nascente do largo do *Ourado*. Esta colmatação só viria a ser completada, cinco anos mais tarde, com a edificação do Banco do Minho.

O *Theatro de São Geraldo*, de traça italiana com planta quadrangular, dir-se-ia, de inspiração romântica neopaladiana, cuja "dianteira" fazia lembrar o tristemente célebre *Teatro Baquet*, do Porto, ou pelo "volume e disposição", o *Rosa Damasceno*, em Santarém, tornar-se-ia no local dos grandes eventos públicos da urbe, acolhendo os mais variados espetáculos que se apresentavam em Braga, particularmente aquele a que assistiu



DMUOP/DGU/DPCHGCH

o rei D. Pedro V quando visitou a cidade, em agosto de 1861, ou mais tarde, já após a implementação da República, quando o ministro Afonso Costa veio a Braga, em 21 de abril de 1911, explicar a Lei da Separação do Estado com as Igrejas. Como casa de espetáculos o teatro seria igualmente palco de um outro grande acontecimento, a inauguração do cinema em Braga. Assim, depois de Aurélio Paz dos Reis, o precursor da sétima arte em Portugal, ter feito a demonstração do seu Kinetógrafo no Porto e em Lisboa, o público de Braga assistiria às primeiras projecções luminosas na noite de 13 de novembro de 1896.

Decorridos os seus tempos áureos, na década de setenta, como afirma L. Costa²⁵, em que o teatro, inclusive, terá episodicamente servido de bolsa de valores local, este viria a ser irremediavelmente condenado com a inauguração do novo **theatro circo**, em 21 de abril de 1915, na Avenida da Liberdade.

É certo que se sentia já a sua decadência, desde logo pela proposta que, nesse mesmo ano, internamente se fez de vender o edifício para os Correios e Ofícios. Embora se tivessem esboçado ainda algumas tentativas de revitalização do teatro, como é exemplo a proposta de substituir a iluminação a gás por elétrica, entre outros melhoramentos de conforto dos espectadores e aumento de lotação da sala, concluiu-se por fim que “dois teatros eram demais para uma cidade só”. Sentenciava o respeitável acionista Dr. Arthur Soares (1870-1919), fundador do **theatro circo** e irmão do Presidente da Câmara, Dr. Domingos Soares (1863-1942). Por fim, os novos e derradeiros corpos gerentes passaram a integrar um grupo de proeminentes acionistas da novel sociedade do **theatro circo**. Disso nos testemunharia a Assembleia Geral extraordinária de 9 de junho de 1918, que decidiu por unanimidade a sua auto dissolução, bem como a venda de todas as suas pertenças, incluindo o edifício, à Sociedade emergente e rival do Theatro Circo de Braga.

O edifício seria vendido ao Banco de Portugal, que então dispunha de uma delegação no largo S. João do Souto, tendo esta instituição determinado a demolição do imóvel, entre 1918 e 1920, para, no seu lugar, erguer de raiz um novo edifício monumental com esse fim, com projecto atribuído a J. Moura Coutinho. - **interlúdio sem descontinuidade**

Antes porém de se abrir o ciclo subsequente com o novo teatro, é justo que mencionemos alguns apontamentos extraídos de diversas atas camarárias e que nos testemunham a existência de iniciativas convergentes neste subsector. Dois tópicos imediatamente nos retêm a atenção. Na primeira metade da década de 1880, entrou um requerimento na autarquia, no qual um particular solicita autorização para construir, na rua Frei Caetano Brandão, num quintal de que era proprietário, uma casa de espetáculos, denominada de teatro circo. A edilidade, que então procedia a vigorosas retificações viárias no casco urbano, deliberaria que o requerente fizesse novo risco, de molde a adaptar o projeto ao novo alinhamento da rua. Todavia, não reconhecemos qualquer sequência a esta proposta, senão o facto de que a designação se reconhecia já no imaginário coletivo. Nesse mesmo período, chega-nos ainda a notícia da continuidade de apresentações teatrais nos Congregados, junto à biblioteca. Por outro lado, no plano das construções efémeras destinadas a apresentar espetáculos, ficamos a saber que a empresa de Teatro Lisbonense, no virar do século, pediu licença para montar um barracão no Campo D. Luis I (Campo da Vinha), tendo igualmente funcionado outro, nos primeiros anos do século XX, por certo episodicamente, com funções de cinematógrafo.

Note-se ainda que durante as grandes festividades da cidade, esta sempre atraiu a apresentação de diversos espetáculos, mais ou menos circenses, dramáticos ou inovadores, pelo que, neste registo, são variados os exemplos de montagem de estruturas efémeras, particularmente, no Passeio Público do Campo de Sant'Anna, precisamente junto ao Theatro São Geraldo.

Cem anos passados, o **theatro circo** configura-se hoje como a casa máxima de espetáculos em Braga. A sua história é, contudo, indelével não só do dinamismo social do quotidiano do século XX, bem como de uma das mais incisivas transformações urbanas efetuadas no centro histórico da cidade.

O lugar que antecedeu a implantação da casa de espetáculos era anteriormente ocupado pelo convento quinhentista de Nossa Senhora da Piedade dos Remédios. A afetação do edificado praticamente preenchia um dos maiores quarteirões do centro da urbe, do qual somente se podia excluir o rebordo edificado vertente para



DMUOP/DGU/DPCHGCH

as ruas de S. Marcos e das Águas. Além de defrontar todo o largo que justificou o respetivo topónimo, o cenóbio etinha dois mirantes, entre os quais o do topo Norte da rua das Águas que, se excluirmos as torres e os campanários das igrejas, constituiu, durante longos anos, um dos pontos mais altos do edificado da cidade.

Tal como nos participa Alberto Feio, quando pereceu a última monja residente, os Remédios há muito que se encontravam reduzidos a um mero recolhimento desvitalizado, na senda da recessão conventual do século anterior. Foi nesse contexto que o amplo casarão labiríntico, mais a sua cerca, se ofereceu como um importante fator de disponibilização de solo oferecido à reestruturação urbana do centro, e fonte de recursos necessários à realização de capital para a execução da abertura da nova grande avenida, bem como do financiamento de diversas obras públicas que movimentariam os estaleiros da cidade de então. Como vimos anteriormente o expediente não era inédito, pois já antes se manifestara no período das desamortizações do liberalismo (1820/1834), quando foram confiscadas inúmeras propriedades à Igreja. Diga-se que, no caso dos Remédios, a expectativa de transferência para o domínio público vinha do período anterior à República. As primeiras inetivas resultariam da deliberação camarária de 25 de fevereiro de 1907, onde se solicitava “ao governo a aprovação de um projeto de cedência dos edifícios, cerca e dependências do velho mosteiro”, com o fundamento primordial de associar a iniciativa ao projeto de abertura da larga avenida entre os largos do Barão de S. Martinho e S. João da Ponte; o qual, para ser concretizado, carecia dos seus terrenos, bem como dos rendimentos que as mais valias do loteamento propiciaria ao andamento do projeto. Não se sabe ao certo se a lisonja em batizar a nova avenida com o nome do ministro monárquico João Franco terá ou não pesado na decisão, o certo é que em 19 de setembro de 1907, o presidente da Câmara tomava posse “do convento com todas as suas dependências”. Passado um mês, a autarquia daria início à demolição do mirante da rua das Águas e, finalmente, em 12 de dezembro de 1907, ficaria pronto o projeto da nova avenida, elaborado por A. Casimiro Barbosa.

Como ocorrera pouco antes, na demolição do castelo, também surgiram vozes a acusar a Câmara de bota abaixo. Contudo, agora os papéis eram outros. Se, por um lado, a imprensa conservadora, tal como no passado com o São Geraldo, sabendo de antemão que o desmantelamento do convento ia dar lugar a um teatro, qual lugar de devassidão, não hesitava em considerar “como uma acto que ofend[ia] a (...) consciência”, por ser terreno religioso, curiosamente, por outro lado, as forças mais laicas do progresso – note-se, que pouco tempo antes tão intrepidamente se bateram pela defesa da cidadela – agora com motivações de natureza venal, manteriam um curioso silêncio face à causa da preservação do património cultural. Os tempos eram outros e a República não tardava aí.

Antes, porém, em 9 de dezembro de 1907, dois dos principais promotores da nova Sociedade a constituir tomariam a iniciativa de solicitar a reserva de 2000m² da cerca, para construir um teatro. Passada uma semana, no mesmo dia em que foram arrematados os materiais do convento, constituía-se em Braga a Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada – *Theatro Circo*. Quando os lotes foram arrematados em hasta pública, no penúltimo dia de 1907, o edital anunciava já a reserva do lote nº5 para a construção do Teatro.

O projeto do **theatro circo** desde logo se configuraria como um desígnio modernizador promovido pela elite bracarense. O velho São Geraldo encontrava-se aquém das exigências dos tempos, quer pelo conforto como pela lotação que se impunha, pelo que a necessidade de uma nova casa de espetáculos, se pretendia, obedecesse “mais a um impulso de patriótico bairrismo do que à mira de problemáticos lucros em que poucos acreditavam”. Nos últimos dias desse mesmo ano seriam aprovados os estatutos da sociedade, dos quais eram já claramente visíveis, o sentido e o alcance de um projeto que ultrapassava a apresentação restrita de espetáculos culturais e recreativos.

Assim, além destes, era ainda visada a *exploração de cafés, restaurantes e casinos*, atribuindo à iniciativa a ambição de o tornar na *sala de visitas* mais cosmopolita da cidade. Ao longo da sua história o **theatro circo** foi sempre mais do que o *plateau* dos diferentes espetáculos que aí se desenrolaram. Ele veio a ser também o local escolhido para as sessões plenárias dos grandes congressos e conferências organizados em Braga, palco de grandes comícios e também dos célebres eventos solidário-caritativos e dos saraus estudantis, que tanto animavam a vida social e política da cidade. Note-se que algumas das expressões políticas mais significativas e



DMUOP/DGU/DPCHGCH

2

de maior alcance social, tanto dos diversos poderes instituídos como das diferentes oposições, tiveram por local privilegiado o **theatro circo**.

O projeto de arquitetura coube ao arquiteto autodidata, João de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça (1909), autor de praticamente toda a arquitetura de referência da primeira metade do século XX em Braga, e que obteve o presente encargo por opção direta face ao conceituado J. Marques da Silva, do Porto. De profusas referências ecléticas, com uma frontaria de conotações francesas e uma sala principal de estilo italiano, J. Moura Coutinho, de um modo ou de outro, ligaria toda a sua vida a este projeto coletivo de Braga.

Iniciada a demolição do convento em 1907, que duraria quatro anos, a construção do teatro arrancaria em 1911, ocupando os três melhores lotes fronteiros à nova avenida e dispondo dos materiais constituintes do velho edifício conventual.

Do ponto de vista urbanístico a grande novidade e o impacto da intervenção compreenderia a reorientação valorativa do quarteirão que, até então, se abria predominantemente pela face nobre do convento voltada a poente, ao Largo Carlos Amarante, para agora, com a fachada monumental do teatro a defrontar a nova avenida, consolidar o privilégio desta em detrimento do largo, relegado para uma condição traseira. O efeito ordenador do novo edifício condicionaria também a abertura da rua *Dr. Pereira Caldas* (atual *Gonçalo Sampaio*), destinada a ligar o *Campo dos Remédios* à nova avenida, definida pelo limite Sul do edifício do teatro. Ainda assim, ao contrário da generalidade dos Teatros-Circo, de acordo com L. S. Carneiro, "remetidos para o interior de quarteirões, possuindo apenas uma estreita frente", onde a fachada não era propriamente o seu elemento proeminente, temos no **theatro circo** de Braga uma exceção, que o mesmo autor caracteriza como "um teatro de sala circular", neste caso, sobretudo, destinado a comportar uma maior lotação.

A estrutura em pedraria da obra ficaria concluída em 1914, tendo-se seguido a componente em ferro, cujos trabalhos foram *todos executados em Braga*. Finalmente, na noite de 21 de abril de 1915, após uma inauguração formal ocorrida seis dias antes, o **theatro circo** abriria pela primeira vez as suas portas ao público, com uma capacidade para 1.500 espectadores.

Quatro anos depois do **theatro circo** ter sido inaugurado, com o seu potencial concorrente extinto, a nova sala procedia já a amplas obras de beneficiação e ampliação. O período que se seguiu, em geral, seria marcado por uma crescente prosperidade, que só viria a ser afetada pelas crises estruturais que atingiram todo o sector, debeladas através das necessárias adaptações a que as salas desta natureza sempre tiveram que enfrentar ao longo da sua existência.

Depois da inauguração do *cinematógrafo*, em junho de 1915, a primeira ameaça surgiria, no início da década de *trinta*, com a introdução do cinema sonoro, fazendo drenar para a cidade do Porto muitos dos potenciais espectadores. Adquirido o sistema acústico em 1939, pese o revés recessivo sentido no sector dos espetáculos, a situação não melhoraria significativamente, por ter sido então criada uma casa concorrente, em Guimarães. O segundo período crítico despontou logo a seguir ao ciclo dourado do cinema do pós-guerra, no final da década de *cinquenta*, com a introdução da televisão, particularmente devido ao facto dos principais cafés da cidade terem adquirido os respetivos recetores, passando a exercer uma concorrência de hábitos quotidianos sem paralelo com as grandes salas de espetáculo.

Entretanto, nas traseiras do **theatro circo**, o seu antigo *salão recreativo*, dado à exploração desde os anos *vinte*, reconverter-se-ia no *Teatro e Cinema S. Geraldo*, que viria a ser inaugurado em 1 de junho de 1950, confirmando a sucessão funcional geral porque passaram estas salas de espetáculo, como nos elucida L. S. Carneiro, "o processo de transformação dos Teatros-Circos, em Teatros-Teatros, em Teatros-Cinemas, em Cine-Teatros e depois, finalmente, apenas em Cinemas".

O **theatro circo** prosseguiria a sua adaptação aos novos tempos enquanto fator de *aggiornamento* das mentalidades dos bracarenses, por via das artes do espetáculo, do estímulo à troca de ideias e, sobretudo, do contacto com as realidades exteriores.



DMUOP/DGU/DPCHGCH

Relacionando-se com o contexto urbano e o crescimento da cidade, procurando responder aos diferentes tipos de procura que se iam fazendo sentir. Entre outras remodelações criou uma pequena *sala estúdio* anexa, de 242 lugares, em outubro de 1974. Havia então que responder a um longo *portfolio* de filmes que foram censurados no período da ditadura e ir de encontro ao caudal de expectativas veiculado pela *sétima arte*, que a liberdade agora permitia aceder. Consagrado como a primeira sala de espetáculos de Braga, na segunda metade da década de oitenta viria a ser finalmente municipalizado, passando então a acolher a primeira companhia profissional de teatro residente.

Finalmente, tendo passado a conviver com dezenas de salas públicas e auditórios, estúdios, salas de cinema de espaços comerciais, e outros equipamentos onde se apresentam espetáculos públicos, o início do novo século imporá ao **teatro circo** um amplo processo de transfiguração, que vai muito além de um restauro ou simples processo de regeneração. Após de seis anos fechado para obras, reabre em 2006 esplendoroso e com mais um auditório por baixo do salão principal, no objectivo de funcionarem em simultâneo. Tal ambição não foi conseguida, dando azo a que os críticos dessa intervenção justificassem que os recursos públicos despendidos teriam sido suficientes para restaurar o **theatro circo**, como era consensual, e ainda sobrava dinheiro para construir uma nova sala de espetáculos.

O **theatro circo**, embora se insira no contexto tardio da mesma designação que se implementou no País, atribuído à dupla finalidade do nome, conserva um desígnio multiuso que vai além da apresentação de espetáculos. Pelo seu simbolismo coletivo ele é hoje a casa de referência dos grandes eventos em Braga, e o efeito que gera no espaço público envolvente, entretanto tornado pedonal, tende a reforçar essa centralidade acrescida, de que nunca abdicou, afigurando-se como um dos principais pontos de encontro em Braga.

Em jeito de reflexão final, agora que estamos próximo de encerrar o primeiro centenário do **theatro circo**, apraz-nos visualizar esse longo rasto de continuidade, sobretudo aquele que une este ao *Theatro de São Geraldo*, ambos dignos de uma mesma ideia de modernidade e cosmopolitismo sonhada para a cidade de Braga. Diversos foram os protagonistas e diferentes os tempos em que se desenrolaram, embora unos nas finalidades e nos circunstancialismos. Ambos foram protagonizados pela elite urbana local, associando-se nos propósitos, fazendo convergir a visão do poder político e os interesses socioeconómicos burgueses e liberais dominantes. Os dois teatros estiveram estreitamente relacionados com operações urbanísticas prioritárias do espaço público envolvente. Sendo centrais e privilegiados, afirmavam uma nova mentalidade laica, para as quais as artes do espetáculo, em geral, melhor do que qualquer outra expressão performativa, serviriam para contrapor uma nova dinâmica face a certa mentalidade eclesiástica de *ancien régime*, moralista e provinciana. Mais não bastasse garantiam a sustentabilidade das operações urbanas nos solos desamortizados e nos vastos recursos imobiliários disponíveis. Até na inauguração ambas as casas tiveram em comum presentear a cidade com a apresentação das figuras cimeiras das artes dramáticas em Portugal: Emília das Neves (1820-1883), o São Geraldo e Palmira Bastos (1875-1967), o **theatro circo**. Terminamos invocando novamente e sempre essa ideia aberta de teatro, e porque não, também, como motivo auspicioso de um desígnio de futuro, do reencontro de Braga com o seu passado mais recôndito, remissível aos tempos fundacionais de *Bracara Augusta*. Com efeito, as comemorações do primeiro centenário do **theatro circo** são um excelente pretexto para pensarmos num próximo salto, por exemplo, na revivificação do teatro romano, descoberto no virar do milénio, no alto da matricial colina da Cidade, que segue em prospectiva arqueológica, e que todos desejamos, por via de um conceito museológico contemporâneo, brevemente possa vir a enriquecer a cidade com a oferta de mais um espaço dado às artes dramáticas, estreitamente associado à reabilitação urbanística do Largo Paulo Orósio, cuja lenda diz ter sido o Fórum romano. De novo a grande magia do teatro e a cidade. O efeito intemporal do direto e ao vivo.

Bandeira, M.S.M. A edificação do Theatro como marco da modernidade e do cosmopolitismo urbano em Braga dois séculos de um trajeto comum por locais e contextos diversos. In: Garcia, A. et al. "**O Theatro e a Memória**", Caleidoscópio, 2016, p. 33 – 48.



DMUOP/DGU/DPCHGCH

7

7- CARATERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA

A Arquitectura do Theatro Circo de Braga

O **Theatro Circo** de Braga, construído entre 1911 e 1915, é um dos maiores teatros do Norte do país. Além de ter sido uma peça notável no quadro da arquitectura teatral portuguesa, constituiu uma inovação firme e duradoura no tecido urbano de Braga e na sua caracterização.

É sabido que por debaixo, ou perto, de um teatro está, normalmente, um teatro mais antigo. Para além das conveniências urbanas e da continuidade dos hábitos, os teatros, tal como as igrejas, parecem exigir a sagração do *locus* 1. Também em Braga isso acontece. Não longe do local onde se encontra hoje o **theatro circo**, ficava o velho Teatro de S. Geraldo, seu direto antecessor.

O Teatro de S. Geraldo foi construído entre 1857 e 1861 e ficava situado onde hoje está a Caixa Geral de Depósitos, na Avenida Central. Foi demolido em 1920 mas, ainda hoje se pressentem os traços físicos da sua existência nas paredes exteriores daquela sucursal bancária. Com efeito, se olharmos a fachada principal – profundamente transformada em relação à do teatro – vemos, tal como naquela, a existência de dois pisos claramente marcados. Porém, se olharmos para as fachadas laterais, podemos reparar na existência de 3 níveis de janelas, claramente menores em relação às da fachada principal, em resultado direto das suas correspondências com as várias ordens de camarotes.

Do mesmo modo, o seu afastamento lateral às construções adjacentes, o que era obrigatório nos teatros por razões de risco de incêndio, sugere que as paredes externas do edifício são, ainda, apesar das modificações, as do velho S. Geraldo.

O Teatro de S. Geraldo era, em 1863, segundo o *Archivo Pittoresco*, um bom teatro: “Depois de Lisboa e Porto é a cidade de Braga que possui o melhor theatro do paiz”; sendo “a arquitectura da fachada do theatro é singela, mas tem boas proporções, e bastante nobreza e elegancia”; e que “interiormente (...) se acha tudo distribuido com acerto e a sala decorada com graciosa simplicidade” 2.

Porém, em inícios do século XX, o S. Geraldo estava decadente, em resultado da limitada lotação, dos correspondentes preços caros e de uma aura de elite, tendo o **theatro circo** constituído o golpe final. Em 1915, numa Assembleia de Acionistas, ainda se debateu a renovação do S. Geraldo. E entre as melhorias consideradas estavam coisas tão básicas como substituir a iluminação a gás pela iluminação a electricidade. Não surpreende, portanto, que tenha sido vencedora uma proposta alternativa que propunha, realisticamente, a extinção da sociedade e a sua integração no **theatro circo**, herdando este o património, a documentação e as memórias. O desaparecimento do velho teatro foi um processo natural e pacífico, embora se tenha arrastado até 1918. Muitos dos seus acionistas eram, também, acionistas do novo **teatro circo** sendo claro para todos eles que, como dizia o Dr. Arthur José Soares, um dos acionistas deste teatro e também accionista e primeiro director do **theatro circo**: “Braga, pelas suas condições económicas e pela sua população, não poderá tão cedo achar-se em circunstancias de poder sustentar desembaraçadamente duas casas de espectáculos...”.

A história do theatro circo tinha começado em 1907 com a constituição de uma “Sociedade Anonyma” e a aprovação dos seus “Estatutos” 5. Não só havia perspectivas de crescimento populacional, como também a expectativa de que um grande recinto de espectáculos pudesse animar a cidade e absorver os desejos de divertimento dos bracarenses. Mas é possível que a iniciativa se tenha espoletado em concomitância com uma operação de desenvolvimento urbano, promovida com o acordo da Câmara Municipal. De facto, o Presidente da Câmara, por essa altura, era o Bacharel Domingos José Soares Júnior, irmão mais velho do Dr. Arthur José Soares, accionista e primeiro Director do theatro circo.

Qualquer que tenha sido a natureza do negócio, parece ter sido um facto a relação directa entre teatro e nova Avenida.

Segundo Manuel Monteiro “as repetidas tentativas e as boas vontades [de construir um novo teatro] fracassavam d'encontro á falta de local convenientemente apropriado para effectuar semelhante empreendimento, até que um dia os fados (...) deram o golpe de misericórdia na existencia do extincto Convento dos Remedios, que com o seu casarão labyrintico e respectiva cerca, occupava uma consideravel área do coração da cidade”.

Ainda que tenha havido alguma ‘conjugação de interesses’, a verdade é que fazia sentido a abertura da avenida. Observando a planta da cidade de Braga de 1857 constata-se que a melhor maneira de ligar o centro da cidade a novas áreas de expansão era exatamente ali, onde havia terrenos livres e de pendente suave,



DMUOP/DGU/DPCHGCH

próximos do centro, destruindo o lado poente da Rua das Águas, onde estava o Convento que, como era do Estado, poderia ser cedido para tal fim.

A abertura da grande avenida que se chamaria, primeiro, Avenida Conselheiro João Franco (homenagem- agradecimento ao primeiro ministro que tinha disponibilizado os terrenos), depois Avenida Marechal Gomes da Costa, e hoje Avenida da Liberdade, ligando o Campo de Santa Ana à zona do rio Este, talvez só tenha sido possível com este estratagema do teatro. O Convento foi demolido entre 1907 e 1911 e começada a construir a Avenida e, muito convenientemente, também a rua perpendicular a esta que a liga ao largo do Hospital.

Circula uma 'estória' – um 'mito urbano' – segundo a qual o projeto para o **theatro circo** teria sido decidido por um entendimento de cavalheiros entre o arquiteto Marques da Silva e o arquiteto Moura Coutinho⁸, fazendo este o **teatro circo** e ficando aquele com o Teatro de S. João, no Porto. Nada mais falso. De facto existiu, em 1908, um concurso, ou pelo menos uma 'consulta' a três arquitetos no caso do **theatro circo**; e um concurso formal, em 1909-1910, no caso do Teatro de S. João. Ao primeiro, Marques da Silva concorreu e não ganhou por ter excedido o custo máximo aceitável pelos promotores; ao segundo, Moura Coutinho concorreu também, ficando em segundo lugar, atrás de Marques da Silva.

A entrega do projeto a João Moura Coutinho não é de surpreender, pois era funcionário da "Direcção das Obras Públicas do Distrito" e devia ter boas relações locais, como o demonstra a sua posterior ligação à administração do **theatro circo**.

De resto, confrontando-se o seu projeto com a proposta de Marques da Silva, é fácil de perceber ter sido por mérito que o trabalho lhe foi confiado.

Ainda assim, é possível que tenha havido dúvidas, ou que a Direcção da Sociedade quisesse para o projeto uma aprovação mais segura e informada, tendo sido realizada uma consulta a Ventura Terra e a José de Figueiredo para darem o seu parecer.

Ventura Terra foi claro. Segundo um jornal da época: "... este distinto e abalizado architecto, cujo valor é conhecido no paiz, depois de examinar o trabalho do Sr. Coutinho, declarou por escrito que o projecto «é uma admirável obra architectonica admiravelmente planeada, e que, caso assim seja executada produzirá sem dúvida um dos melhores, mais bellos e confortáveis theatros do paiz»", o que deve ter dado alguma segurança aos promotores.

João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, embora natural de Coimbra, pertenceu às Obras Públicas do Distrito de Braga e aí produziu o grosso da sua obra. Além do **theatro circo** é também autor, entre outras obras, do Lar Conde Agrolongo, da Agência do antigo Banco Nacional Ultramarino, da Farmácia Brito, da Casa dos Grilos, de O Nosso Café, da Igreja de S. José, na Póvoa de Varzim, dos Paços do Concelho da Lousã, do Banco de Portugal, em Viseu, e das Agências do Banco do Minho, no Porto e em Lisboa.

A construção foi iniciada em 1911 prolongando-se até 1914, com a colaboração do engenheiro de estruturas Vicente Ferreira que concebeu e executou a armação metálica da cúpula, do decorador Viriato Silva¹⁶ e dos pintores Benvindo Seia e Domingos Costa, todos eles de nível nacional e com obra espalhada por todo o país. Conhecemos bem o projeto original através da sua publicação por Manuel Monteiro, arqueólogo, escritor e o primeiro Governador Civil de Braga depois de 1910. E o que ali se vê é um projeto inteligente e articulado.

Ao contrário de muitos dos teatros-circo anteriormente realizados em Portugal, o edifício de Braga não se esconde no miolo de um quarteirão, mas antes define e ajuda a caracterizar a Avenida, então ainda nos seus inícios. A significativa fragmentação dos diversos volumes que o compõem justifica-se, provavelmente, por razões económicas e de facilidade e rapidez de construção. Mas foi sobretudo uma visão urbana – simultaneamente de esperança e descrença – que gerou a opção pelo fracionamento. A grande sala circular com a sua cúpula fica ao centro do terreno, colocando-se o volume proeminente da caixa de palco adossado a esta, no lado poente, junto ao limite do terreno. Face à Avenida ficou, naturalmente, o volume e a fachada principais; e face à rua lateral um outro volume, mais pobre, que toca apenas pontualmente no primeiro. Na esquina, um volume baixo, só de um piso, liga os dois corpos exteriores, de algum modo recusando o tema nobre do cunhal. Um tema arquitectónico e urbano que entusiasmava todos os arquitetos da época.

A explicação deve resultar da expectativa de que a nova avenida devesse ser uma grande via bordada de construções singulares, a que o teatro deveria, por precedência e mérito, estabelecer o padrão. Mas, simultaneamente, representa uma atitude de descrença, porque havia a intuição de que nunca haveria a pujança e densidade urbanas necessárias a que a construção qualificada se estendesse, em mancha, às zonas adjacentes, a ponto de justificar a nobilitação da rua lateral. Uma outra razão se pode ainda adiantar: por do lado norte do edifício existir, imposta pela legislação, uma passagem ao ar livre que dava saída ao lado esquerdo da plateia, seguindo depois até à Avenida, onde era fechada com um portão. Isto significava que o



DMUOP/DGU/DPCHGCH

Handwritten signature or mark.

alçado teve de ter em conta a existência deste portão na composição da sua simetria. E é exatamente isso que acontece ao ser coroado com a mesmíssima balaustrada com que é rematada a varanda sobre o volume curvo que, na esquina, liga o corpo principal ao corpo lateral. A mesma dimensão da varanda e do portão não são, portanto, casuais. E tudo isto concorre, naturalmente, para uma consciência da articulação da forma arquitetónica com a consciência dos correlativos valores urbanos que merece ser reconhecida.

A noção da importância da fachada principal foi evidente desde o início. Manuel Monteiro, no seu artigo para a revista *A Arquitectura Portuguesa*, refere-se-lhe explicitamente. Integrar o corpo lateral na frontaria "...communicava-lhe o ar «gauche» e sacava-lhe a independencia e a graça que possui e tanto a relevam. Assim, o sagaz artista, para escapar a este desagradável resultado, profundou [i.e: recuou] em relação à directriz do frontispício, o arranque do volume da demasia [i.e: a empena do corpo lateral] e estabeleceu a ligação com aquelle, em discreta curva de sector até ao primeiro piso, para cima do qual o espaço é livre e oferece a solução de continuidade do terraço, que olha para o valle...". Adicionalmente, esta opção tinha a vantagem de tornar secundário o alçado lateral – cuja cornija se manteve em madeira até às obras de 1970 – e, portanto, foi de aligeirada decoração exterior, reduzindo os custos.

A organização interna era não muito diferente da que se mantém ainda hoje. A entrada principal abria para um Grande Átrio, à esquerda do qual se encontrava o Café, ligando ao *Buffet*, já situado no corpo lateral. À direita, ficava o Escritório, junto às Bilheteiras que se voltavam para o exterior, ocupando as portas do lado direito da fachada da Avenida. Diante da entrada, quatro colunas isoladas – as mesmas que todos continuamos, hoje, a circundar – articulavam o Grande Átrio, as escadas nobres, de ambos os lados, e o corredor envolvente da sala de espetáculos, tendo, em frente, ao centro, a entrada da Plateia.

O piso superior repetia esta disposição: as quatro colunas reapareciam articulando o *Avant-Foyer* com os espaços adjacentes.

Do lado da frente, ficava o *Foyer-Salão de Festas*, ligado, no extremo sul, ao *Buffet* (sobre o do piso inferior) e à varanda; e no extremo oposto, norte, articulado com o *Fumoir* – compartimento destinado aos fumadores pois, pelo risco de incêndio, era rigorosamente interdito fumar em todas as outras dependências dos teatros. As quatro colunas do *Avant-Foyer* articulavam este conjunto (*Buffet-Foyer-Fumoir*) com o corredor da Primeira Ordem de Camarotes. Como em outros teatros da época, a Segunda Ordem, aproveitando o duplo pé-direito, espreitava para a primeira, pelo varandim que abria sobre o *avant-foyer*.

O acesso à Segunda Ordem de Camarotes fazia-se por duas escadas em "L", localizadas entre as escadas principais (que terminavam no primeiro andar) e o corredor da Primeira Ordem, estratégia frequente nos teatros desde o séc. XVI, quando a forma curva do fundo da sala começou a gerar, entre a sua curvatura e a forma regular do volume onde se insere, espaços triangulares onde as escadas vinham encaixar.

A entrada secundária fazia-se pela rua lateral. Era originalmente destinada apenas aos espetadores da Geral, segregados, como era hábito na época. Compunha-se de um Átrio que tinha à esquerda um Vestiário e, à direita, um local de venda de tabacos e refrescos, que ligava com a copa do Café. Deste Átrio, seguindo em frente, passava-se através de um pátio ao corredor envolvente da sala. Sobre estes espaços, no primeiro piso do corpo sul, ao nível da Primeira Ordem, situava-se o Pequeno *Foyer*, ligado ao *Toilette* das Senhoras de um lado, e à Sala da Direção, do outro.

A Sala de Espetáculos era vasta, de forma circular, com um diâmetro de 21 metros. A cúpula tinha 12 nervuras e, não sendo particularmente grande, tinha a novidade de possuir lucarnas semicirculares que permitiam a entrada de luz do dia para a sala, numa solução corrente em França desde a generalização das estruturas de ferro de cobertura das grandes salas de espetáculos, mas que, até aí, não tinham tido nenhuma realização qualificada em Portugal.

A Sala podia funcionar quer como Circo, com pista central, quer como Teatro. Por essa razão, a Primeira Ordem de camarotes ficava muito alta, de nível com o piso superior do *Foyer*, pois, sob ela, existia uma grande bancada circular onde se situava a Geral, envolvendo quase 3/4 da Plateia, e para onde o público entrava pela porta lateral.

A Primeira Ordem possuía 31 vastos Camarotes que abriam para larguíssimos corredores. A Segunda Ordem possuía apenas 15 Camarotes, ocupando o fundo da sala, enquanto as zonas laterais, até próximo da boca de cena, eram ocupadas por uma Galeria em bancada, com quatro filas. Esta disposição era concebida para albergar um grande número de espectadores, numa lotação total de perto de 1.500 lugares.

Em consequência, assegurar uma evacuação rápida deste elevado número era uma questão importante. A colocação à cota baixa do maior número de espectadores simplificava muito o problema, e as amplas saídas pelos dois lados (a rua lateral, a sul, e a passagem de segurança, a norte), assim como a saída pela entrada principal, na frente, amplas e rápidas, garantiam um escoamento eficaz.



DMUOP/DGU/DPCHGCH

Por outro lado, para além das escadas que subiam para as ordens, existiam, junto às paredes do proscénio, ao fundo dos corredores envolventes da sala, correndo todos os pisos, duas grandes escadarias de três lanços que davam fácil saída aos espectadores colocados nas ordens.

O palco não era grande, embora então, em Portugal, apenas o S. Carlos e o S. Luiz o superassem; e fizesse, ainda assim, jogo igual com o seu quase contemporâneo Politeama, tendo 11m de largura de boca, 11m de fundo e 17,5 m de largo, além de altura suficiente para recolher cenários sem necessidade de os enrolar.

Também o subpalco era amplo, com dois níveis e, dizia-se na altura, muito bem equipado. Onde este teatro era imbatível era na organização e distribuição dos espaços de apoio ao palco. Do lado sul da caixa de cena, dispunham-se os camarins dos artistas, em três níveis, com um grande espaço central de elevado pé-direito, recebendo luz do grande janelão existente na fachada lateral, por sobre a porta dos artistas. Uma escada elaborada dava ao foyer dos artistas uma sofisticação sem precedentes. O luxo com que estavam mobilados os camarins também não deixava dúvidas: era evidente a consciência da importância de atrair as companhias de Lisboa e Porto e mesmo estrangeiras, como elemento essencial à sobrevivência de um grande teatro em Braga.

O topo poente do corpo lateral, as traseiras, não encostava ao limite do terreno. Deixava, astutamente, uma passagem directa para o palco que, simultaneamente, assegurava luz e ventilação para as janelas dos camarins.

Do lado oposto da Caixa de Palco, a norte, com acesso pela passagem que ligava à Avenida, ficavam as instalações destinadas a animais, para poder funcionar como Circo. Por cima destes, o armazém de cenários e a casa do guarda. Destas duas zonas laterais ao palco, partiam ligações directas para a Sala de Espetáculos, essenciais quando em funcionamento como Circo.

O teatro foi pomposamente inaugurado em 21 de abril de 1915, existindo várias descrições e comentários, todos elogiosos. Descerrou-se também, com cerimónia, no Foyer, uma placa comemorativa da vinda da grande estrela que então era Palmyra Bastos, dizendo: "*Palmyra Bastos, 21-IV-915*". Uma outra placa foi descerrada, no Grande Átrio, dizendo: "*Inaugurado em 21 de Abril de 1915. – Obra do architecto João de Moura Coutinho*", e colocada em sinal de "*...reconhecimento da Direcção pelos seus relevantíssimos serviços*". Só no ano seguinte, o grande dinamizador da iniciativa, Artur José Soares, conjuntamente com os outros dois iniciadores da ideia do **theatro circo**, teve direito à sua placa: "*Foram iniciadores e primeiros directores deste teatro: Artur José Soares, Candido Maria Martins, José António Veloso — Homenagem dos accionistas. Maio de 1916*".

Ainda no descerramento da placa com referência à inauguração e ao arquiteto, entre os vários discursantes falou o Coronel Luiz Galhardo, na qualidade de Empresário da Companhia que tinha dado o espetáculo inaugural. Luiz Galhardo foi um dos promotores do primeiro Éden Theatro, um edifício que seria um verdadeiro campeão de ineficiências, de problemas técnicos e de absoluta insegurança. Por isso mesmo, com essa dolorosa experiência ainda fresca (o seu teatro inaugurara-se seis meses antes, em setembro de 1914), as suas palavras ganham uma relevância particular. Diz a reportagem: "Aludiu depois ao **theatro-circo**, manifestando a sua admiração pela gigantesca e formosa obra de architectura a que se abalançaram illustres filhos de Braga. Para elles tem expressões do mais vivo e caloroso applauso, não esquecendo também o seu architecto sr. Moura Coutinho. Diz ter visto muitos teatros do mundo e não quer por isso comparar aquelle theatro a alguns mais superiores em fausto e riqueza, como a Opera de Paris, o Theatro Municipal do Rio de Janeiro e outros, mas affirma que se n'alguns encontrou graves erros de technica, erros de palmatoria, no Theatro-Circo de Braga teve o grato prazer de constattar em tudo uma perfeição muito honrosa para o illustre architecto". Descontando os exageros de retórica e de circunstância, o que fica claro é que o teatro estava bem concebido, na opinião entendida de quem sofria quotidianamente com o projeto que o cenógrafo Augusto Pina tinha feito para o seu próprio teatro.

E de facto estava. O teatro é certamente o mais bem concebido e articulado dos seus congéneres, engenhoso no detalhe, generoso nos espaços, providente no programa e, sobretudo, concebido e construído num único momento, e não em etapas, tantas vezes contraditórias, como aconteceu a muitos dos congéneres. Apesar das qualidades, alterações significativas iriam surgir poucos anos depois da inauguração. Com efeito, em 1919 foi decidido proceder a uma grande alteração da sala. As obras decorreram do princípio de agosto a fevereiro de 1920.

Essencialmente, desapareceram as bancadas da Geral que envolviam a Plateia e surgiu, em seu lugar, uma nova ordem com Camarotes com 24 unidades, metade de cada lado, nas partes mais próximas à cena e, na parte central, ao fundo da sala, com um Balcão de 120 lugares. Sob esta nova Ordem, na parte mais junto ao



DMUOP/DGU/DPCHGCH

7

palco, entre as entradas laterais nos topos do eixo transversal da sala e as entradas dos dois lados de cena, aproveitando a inclinação da Plateia, ficavam três novas Frisas de cada lado.

Subia-se para a nova Ordem por duas escadas em "L", situadas exatamente debaixo das que ligavam já a antiga Primeira Ordem à Segunda Ordem. Em complemento, aproveitavam-se as escadas já existentes nos lados do proscénio. Esta – agora – 'Primeira' Ordem, tornar-se-ia um sucesso, pois a anterior tinha sempre ficado demasiado alto, no que era um problema característico dos teatros-circo. Em contrapartida ao desaparecimento da Geral, as Galerias foram recolocadas na ordem superior.

A razão para esta transformação é óbvia. A Plateia primitiva era muito reduzida e pouco convidativa, pois não ocupava senão a parte central deixada pelos degraus que adaptavam o teatro à disposição de circo e, pior que tudo, era plana. Também o palco, demasiado alto, impunha aos espectadores grandes limitações de visibilidade.

Apesar de antes destas obras ter funcionado como circo, e mesmo depois, com espetáculos mais ligeiros, o sentido da transformação era claro. O Circo perdia importância e a sala aproximava-se de um teatro tradicional. Estavam evidentes as prioridades. O teatro e, dentro em pouco, o cinema, iriam afastar por completo os espetáculos de circo. Algumas outras obras sofreria o teatro, mas o importante é que nenhuma delas iria alterar o essencial da sua caracterização, tal como ela ficou depois das obras de 1919–1920.

O **theatro circo** de Braga festejou o seu centenário num quadro nacional muito diferente do que existia quando da sua fundação. Já não se trata do ambiente provinciano interno à cidade de Braga, entre Teatro de S. Geraldo e **theatro circo**.

Atualmente, de propriedade pública e com as excelentes condições que as obras terminadas em 2006 lhe proporcionaram, faz parte de uma rede mais vasta, mais dinâmica, territorial e polinucleada.

O Teatro de S. João, a Casa da Música, a Teatro Vila Flor, o Teatro de Vila Real e, naturalmente, o **theatro circo** de Braga, entre outros, integram um circuito dentro do qual os mais interessados se deslocam para especiais eventos, multiplicando as oportunidades.

Carneiro, S.C. A Arquitectura do Theatro Circo de Braga. In: Garcia, A. et al. "O Theatro e a Memória", Caleidoscópio, 2016, p. 87 – 98.

Theatro Circo — Reabilitação e Remodelação 1999 a 2006/2007

Quando, em 1999, se pensa numa intervenção para a reabilitação do **theatro circo** deparamo-nos com um edifício com extensas alterações interiores e exteriores, com perda da fluidez espacial tão característica deste tipo de edifícios, descaracterização dos seus espaços funcionais com graves deficiências no que se refere às condições técnicas para a elaboração de espetáculos e também, sem condições de segurança e conforto para utentes, atores e técnicos, praticamente sem zonas de estar ou áreas comuns, sanitários públicos e áreas de apoio, sendo visíveis intervenções sucessivas, algumas de autoria do próprio Moura Coutinho mas que com o tempo, vão adulterando profundamente o Theatro.

A intervenção decorre de 1999 a 2006/2007, hiato de tempo que permite amadurecer as primeiras opções tomadas, consolidar outras e procurar novas referências para a intervenção de reabilitação. Constatamos facilmente um uso intensivo com constantes adaptações e alterações, tentativas mais ou menos conseguidas de acompanhar os tempos no que se refere à oferta de espetáculos de teatro e cinema na cidade.

Os elementos decorativos em paredes, tetos e colunas estão parcialmente destruídos, as cores profundamente alteradas sem articulação alguma entre os diferentes espaços, verificamos a introdução desastrosa de frisos, florões e pinturas em épocas mais tardias que não permitem uma leitura espacial do interior do Theatro, principalmente nas suas zonas de circulação vertical e horizontal. Um pouco por todo o lado surgem compartimentos, lajes de piso que cortam portas, abaixam tetos, retiram escala e imponência ao interior. A plateia é reconfigurada um sem número de vezes, a 1ª, 2ª e 3ª ordem sofrem o mesmo mal e as constantes atualizações vão alterando camarotes, separadores, iluminação, cores e, mais importante, a assinatura acústica da sala.

Comparando a pouca documentação que possuía sobre o edifício original inaugurado em 1915, principalmente postais da época e fotografias de jornais, com o que podia constatar no edifício em 1999, podia verificar que muito pouco havia sobrevivido dos espaços funcionais originalmente desenhados por Moura Coutinho,



DMUOP/DGU/DPCHGCH

havendo desaparecido o café Bristol, as salas de fumo e a bilheteira, entre outros. A sala principal apresentava profundas alterações nos elementos decorativos e revestimentos de paredes e pavimentos, estando a quase totalidade da cúpula, da autoria de Benvindo Seia, perdida para sempre ao pintarem tudo com tinta de areia de cor indeterminada.

Mais importante do que o restauro integral, a decisão de potenciar tecnicamente o uso do edifício e compor uma nova imagem para o exterior e também para o interior, limpando acrescentos e corrigindo situações pré-existentes, acabaram por ser uma boa opção para o que passaríamos a designar de "Reabilitação e Remodelação do Teatro Circo de Braga".

Assim, dada a importância de que se revestia a presente intervenção de reabilitação, tomei como opções maiores a "reposição do edifício" tanto quanto possível como o arquiteto Moura Coutinho o havia inaugurado em 1915, retomando simbolicamente o início de um novo ciclo de vida do **teatro circo** de Braga. Para além do programa estipulado pelo Ministério da Cultura optou-se por renovar integralmente todas as áreas Técnicas bem como todas as áreas Cénicas, redesenhar e repor dentro do possível a sala principal, o salão nobre, as salas de fumo, o *Foyer* e o vestíbulo principal e ainda, redesenhar todas as zonas de circulação vertical e horizontal, nomeadamente escadaria principal e escadarias complementares com base em demolições de elementos existentes, retomando os poucos elementos decorativos sobranceiros, procurando em fotos e postais de época toda a informação possível noutras construções, também para recriar uma unidade formal e estilística para o edifício que se havia perdido.

Escadarias secundárias e galerias de acesso ao *Promenoir*, 1º, 2º e 3º balcão são as zonas com intervenção mais profunda com extensas áreas a serem demolidas, para criação de novas relações visuais retomando a fluidez labiríntica típica destes teatros.

Na bilheteira, por ausência de informação e dada a infeliz demolição da mesma prévia à presente intervenção, foi criado um espaço funcional que preenchesse os parâmetros exigidos a uma zona de atendimento contemporânea, dentro dos constrangimentos existentes.

A intervenção em tudo o que é novo pauta-se pela ausência de desenho, anulando o gesto de querer fazer, apenas procurando a melhor resposta funcional possível, dadas as condicionantes do edifício e do programa extenso imposto. Economia nos acabamentos, sentido de unidade em toda a intervenção contemporânea, evitando a forma e o estilo, expressando e acusando sempre o novo por oposição ao reabilitado/redesenhado. O novo Auditório assume-se como uma escavação dentro de edifício existente onde os pisos, paredes e tetos possuem a mesma cor, a mesma textura e a mesma ausência de forma no sentido estilístico da palavra, evitando a sensação de edifício dentro de outro edifício, articulando-se naturalmente nas escadas onde conseguimos destrinçar existente e novo, descendo em prumada vertical na continuidade da existente, gerando um *continuum* e simetria na nova sala, a par com a simetria da sala principal. Este novo auditório, versátil com múltiplas potencialidades no que se refere à relação entre a cena e os espetadores, entre o espaço físico que ocupa e o resto do edifício à sua volta, é peça fundamental da programação ampliando a oferta na tipologia de espetáculos disponíveis ao público.

A cor ral 9011 como elemento unificador de tudo o que é novo, desde elementos técnicos como varas de luz e som, projetores, paredes de fundo de cena aos sanitários públicos, cabines de projeção e escadas de emergência, permite marcar a diferença entre existente e novo, evitando mimetismos ou justaposições indesejadas com o existente recriado.

Um sub-palco, camarins, zonas administrativas, uma sala de ensaios, zonas técnicas de apoio à nova caixa de palco com nova teia e falsa teia, varas contrapesadas mecânicas e manuais, novo fosso de orquestra, prolongamento do palco e do espaço post-cena, alteração das pendentes do palco e da plateia, criação de plataforma elevatória, redistribuição de lugares na plateia e nas 3 ordens com desenho de novo mobiliário, são frentes de trabalho que se levantam para além da reabilitação e redesenho do existente. O condicionamento térmico e acústico das duas salas, das zonas técnicas e dos restantes espaços de apoio são outra das dificuldades encontradas e cuja resolução obrigou à articulação de diferentes intervenientes e especialidades. Dotar todo o edifício de infraestruturas de climatização, eletricidade, desenfumagem, sistemas de segurança, hidráulicas e mecânicas afigurou-se de difícil execução em virtude dos constrangimentos do edifício original no que se refere a prumadas, alturas entre pisos, geometria e volume de todo o espaço a tratar, constrangimentos estes criados também pelo sistema construtivo com paredes portantes em granito, aliadas a estruturas de ferro e madeira, paredes em tabique ou regoado de madeira.

No que se refere à reposição dos elementos decorativos em gesso, foram recriados a partir de elementos recuperados no sítio, através de postais ou ainda por meio de moldes tirados de outros edifícios da mesma época.



DMUOP/DGU/DPCHGCH

7

A demolição interior de varandas, passadiços, escadas e paredes de compartimentação permitiu criar desafogo, fluidez e verticalidade que faltavam ao edifício original, sendo também retirados todos os elementos decorativos dissonantes originais ou que haviam sido adicionados em intervenções posteriores.

Os que enriqueciam em demasia e visualmente alguns espaços, como paredes de escadas, tetos das 1º, 2º e 3º ordens da sala principal e galerias de acesso, foram redefinidos, um pouco em função do gosto da época, permitindo, também, alguma facilidade no que se refere à manutenção futura destes espaços, manutenção esta tida em conta dada a futura utilização do edifício que se pretendia intensiva como havia ocorrido nas décadas anteriores.

O esquema de cores encontrado no exterior e no interior do edifício não foi retido por ser demasiado rebuscado, por não permitir uma leitura espacial na sua plenitude e também, por não ser possível atestar da sua autenticidade ou originalidade.

A cor original do exterior, com paredes em ocre e caixilharias em vermelho sanguíneo, não foi mantida bem como os verdes, rosas, castanhos e vermelhos do interior, sendo adotadas cores e tons encontrados noutros edifícios da mesma época ou com a mesma influência estilística e forma, cores agora definidas também em função da luz natural da cidade.

Portas, puxadores, pavimentos, tapeçarias, lustres, cortinas e reposteiros foram desenhados de novo tomando como referência Asplund e alguma da arquitetura nórdica do início do séc. XX, bem como frisos, florões, capiteis pilares e entablamentos, que assumem austeridade e simplicidade no desenho e volume e foram tirados também desta atitude nórdica com que se pretendeu encher o interior. Na cúpula da sala principal, a pintura em tela do teto é refeita na sua quase totalidade, criando um ciclo de um dia e uma noite que enquadram o elemento central sobrevivente da pintura de Benvindo Seia, sublinhado por símbolos de proteção astrológica para os atores como são a Estrela do Norte e a Lua em Quarto Crescente.

O pano da boca de cena foi limpo e recondicionado, evitando-se o avivar de cores e motivos, procedendo, antes, a uma consolidação do pano existente.

Para a reabilitação de um edifício notável como o **teatro circo** de Braga, com a importância que possui no panorama da arquitetura portuguesa, da sua relação com a cidade, com os seus utentes, com o Teatro e o Cinema, da relevância do próprio ato de reabilitar empreendido pelo município de Braga, as orientações e opções tomadas ultrapassaram aspetos de forma e estilo intrínsecas ao edifício, sendo, a meu ver, desde o início da intervenção, mais importante o seu funcionamento adequado com as condicionantes cénicas contemporâneas que iriam decorrer no seu interior, do que a reposição *tout court* de uma pretensa originalidade ou a execução de um qualquer "restauro" do edificado existente ou sobrevivente.

É mais significativo, no que se refere a dificuldade de execução e custo final, o novo auditório construído por baixo da plateia da sala principal, a sala de ensaio, o fosso de orquestra, o sub-palco de dimensões generosas, a nova caixa de palco com teia e falsa teia, os camarins, as zonas de produção cénica, a dotação de condições de conforto e segurança para utentes e técnicos, do que o tempo e custo associados à reposição e recriação da imagem de época do edifício pré-existente. A complexidade técnica associada a questões de conforto, segurança, higiene e mobilidade são incomensuravelmente maiores do que a reconfiguração e o redesenho decorativo do edifício de Moura Coutinho.

As valências técnicas introduzidas ao nível do espaço cénico são sobremaneira tão importantes como a imagem de uma determinada época que se pretendeu recriar para o **teatro circo** de Braga uma vez que são estas valências técnicas, parte daquilo que lhe poderá garantir um uso intensivo, com sempre ocorreu.

O nosso olhar e admiração detém-se demoradamente sobre o edifício existente "restaurado" e não consegue nem aperceber-se do que foi executado dentro, por baixo e por cima desse edifício existente, obra essa que pensamos, lhe irá permitir enfrentar o novo século que agora se inicia.

Na verdade o Theatro nunca foi assim mas ao interpretar e aprimorar o que já teria sido um edifício muito belo, ao potenciar tecnicamente o seu uso, acredito ser um trabalho correto que foi bem concluído graças também aos técnicos e empresas envolvidas, mas principalmente aos operários, especialistas e todos os executantes que ao longo destes anos foram deslumbrados por um edifício mandado construir por uma sociedade sem fins lucrativos criada no início do século passado, a "Sociedade do Teatro Circo" e desenhado por um dos arquitetos mais notáveis da cidade de Braga, o Arquiteto João de Moura Coutinho.

Todos nós compreendemos ser um momento único das nossas vidas, da nossa atividade profissional, momento irrepetível e que deveríamos saber honrar e estar à altura daquela que seria a obra mais importante para a quase totalidade das pessoas envolvidas, senão para a totalidade dos que contribuíram para que o **theatro circo** fosse a obra aclamada em que se tornou de novo, neste ciclo de mais um século da sua Vida.



DMUOP/DGU/DPCHGCH

Espero sinceramente que Moura Coutinho tenha gostado do que se conseguiu fazer no seu amado **theatro circo**.

Borges, S. Reabilitação e Remodelação 1999 a 2006/2007. In: Garcia, A. et al. "**O Theatro e a Memória**", Caleidoscópio, 2016, p. 117 – 127.

8. CARATERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA

- 8.1 Tipo de sítio: Não se aplica
8.2 Período cronológico: Não se aplica

9. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

Referência bibliográfica:

- Garcia, A. et al. "**O Theatro e a Memória**", Caleidoscópio, 2016

Bibliografia:

- Bandeira, Miguel S. M. (2002). *O Espaço Urbano de Braga – obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974) – a cidade dos finais do Antigo Regime ao advento da IIª República*. Dissertação de Doutoramento, ICS/Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Carneiro, Luís Soares, (2002). *Teatros Portugueses de Raiz Italiana*. 2 Vols. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Eça, João de Moura Coutinho de Almeida d' (1978). *A Capela de S. Fructuoso*. Braga: Ed. ASPA.
- Feio, Alberto (1984). *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*, Braga: Universidade do Minho / Biblioteca Pública de Braga.
- Macedo, Ana M. C. (1995). *Teatro Circo: Oito décadas de um projecto colectivo na cidade de Braga*. *Mínia*, 3, 3, 109-132.
- Madahil, Dr. António Gomes da Rocha (1955). A propósito dos livros do Arquitecto Moura Coutinho, Prefácio. In *Catálogo da Valiosíssima e Magnífica Biblioteca reunida pelo distinto Arquitecto de Braga João de Moura Coutinho*. 2 Vols. Lisboa: Arnaldo Henriques de Oliveira, Livreiro Antiquário.
- Martins, Rita Maria Machado (2010). *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954): arquitectura e urbanismo*. Dissertação de Mestrado, FLUP, Porto, Portugal.
- Mesquita, Mário J. (2006). *Marques da Silva/O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, *Catálogo da Exposição Porto: Instituto Arquitecto José Marques da Silva e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*.
- Monteiro, Manuel (1911.05). *Theatro-Circo de Braga. A Architectura Portuguesa*. Lisboa: Anno IV, nº5.
- Oliveira, Eduardo P. (1982). *Anais de Braga (1852-59)*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.



DMUOP/DGU/DPCHGCH

- S.a. (1907.12.17). Estatutos do Theatro Circo de Braga. *Correio do Minho*.
- S.a. (1909). *Estatutos do Theatro Circo de Braga*. Braga: Typographia de "A Opinião".
- S.a. (1915.05.08). *Ilustração Catholica*, Braga.
- S.a. (1955). *Os Quarenta Anos da Vida do Teatro Circo de Braga*. Braga: Conselho de Administração do Teatro Circo.
- Sousa, Amadeu J. C. de (2010). *Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus" - História Política e Social de Braga no Contexto Nacional (1890-1933)*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, Portugal
- Referências Bibliográficas S.a. (1940.12.23). Aposentação de Moura Coutinho. *Diário do Governo*.

10. ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS E FOTOGRÁFICOS (anexos)*

10.1 Planta de localização com o imóvel assinalado: (ANEXO I)

Escala: 1:2000 ☐ 1:5000 ☐ 1:25000 ☐

10.2 Referências cartográficas:

X	Y	Z	Datum	Projeção
			WGS84	UTM

Longitude	Latitude	Altitude	Datum	Projeção
			WGS84	Geográfica

10.3 Documentação fotográfica: (ANEXO II)

Interior ☐ Exterior ☐ Envolvente ☐

11. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE*

11.1 Proponente: Câmara Municipal de Braga

Contato: 253 203150

Documento de identificação:

11.2 Formulado por: Pedro Lopes

Data:

5/IV/18



DMUOP/DGU/DPCHGCH

ANEXO I

Planta de localização com o imóvel assinalado





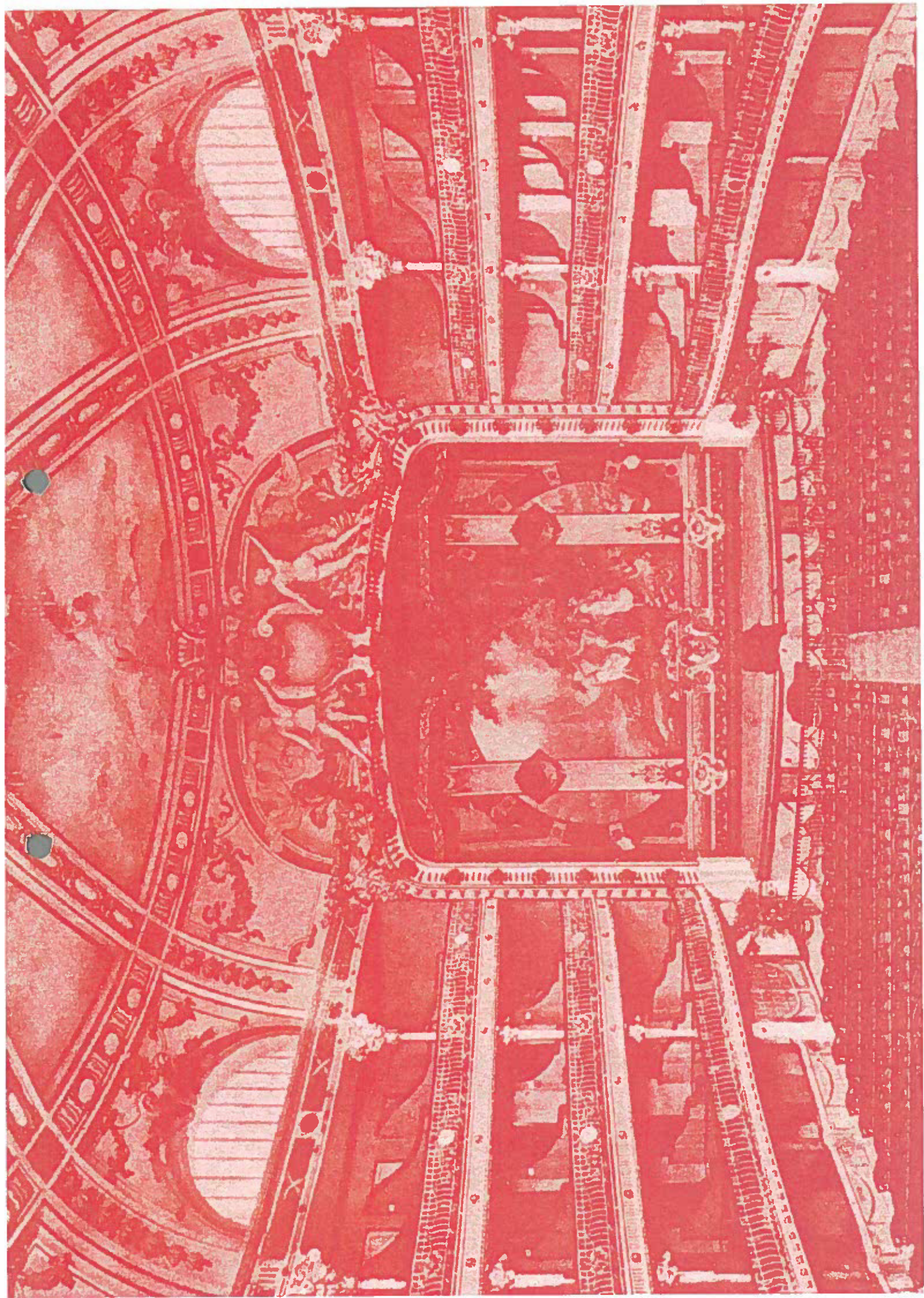
DMUOP/DGU/DPCHGCH

ANEXO II

Garcia, A. et al. “O Theatro e a Memória”, Caleidoscópio, 2016

o theatro e a memória

**100 anos
do Theatro
Circo de Braga**



Prefácio

ANDREIA GARCIA

— pág. 10

Palavras Institucionais

RICARDO RIO

LÍDIA DIAS

ANTÓNIO M. CUNHA

— pág. 16

O Teatro e a Cidade**A edificação do Teatro****como marco da modernidade
e do cosmopolitismo urbano
em Braga**DOIS SÉCULOS DE UM TRAJETO
COMUM POR LOCAIS E CONTEXTOS
DIVERSOS

MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA

— pág. 33

**A Sociedade Teatro Circo
de Braga**

OS FUNDADORES

ANA MARIA MACEDO

— pág. 51

**Arquivo Documental
da Exposição**

O THEATRO E A CIDADE

— pág. 69

O Teatro**e a Arquitetura****A Arquitectura do****Theatro Circo de Braga**

LUIS SOARES CARNEIRO

— pág. 87

O Legado de Moura Coutinho

RITA MARTINS

— pág. 101

**Theatro Circo – Reabilitação
e Remodelação 1999
a 2006/2007**

SÉRGIO BORGES

— pág. 119

**Arquivo Documental
da Exposição**

O THEATRO E A ARQUITETURA

— pág. 131

**O Teatro e a
Programação****Memórias Musicais
do Teatro Circo**

ELISA LESSA

— pág. 151

O Teatro do Circo

UMA REVISITAÇÃO AO MEU

“LUGAR DE MEMÓRIA” CINÉFILO

ALBERTO FILIPE ARAÚJO

— pág. 173

**O Teatro Circo como palco do
espetáculo político (1916/1974)**

HENRIQUE BARRETO NUNES

— pág. 187

Convidar ao EspetáculoCINCO DÉCADAS DE PROGRAMAÇÃO
CULTURAL E RECREATIVA DO

THEATRO CIRCO

NATÁLIA PEREIRA

— pág. 211

**Um século para uma
ideia de teatro**

ALGUMAS NOTAS PESSOAIS PARA

UMA MEMÓRIA FUTURA DO

THEATRO CIRCO

RUI MADEIRA

— pág. 229

O Futuro é agora

PAULO BRANDÃO

— pág. 241

**Arquivo Documental
da Exposição**

O THEATRO E A PROGRAMAÇÃO

— pág. 245

Palavras Institucionais

CLÁUDIA LEITE

ELÍSIO MALA ARAÚJO

— pág. 268

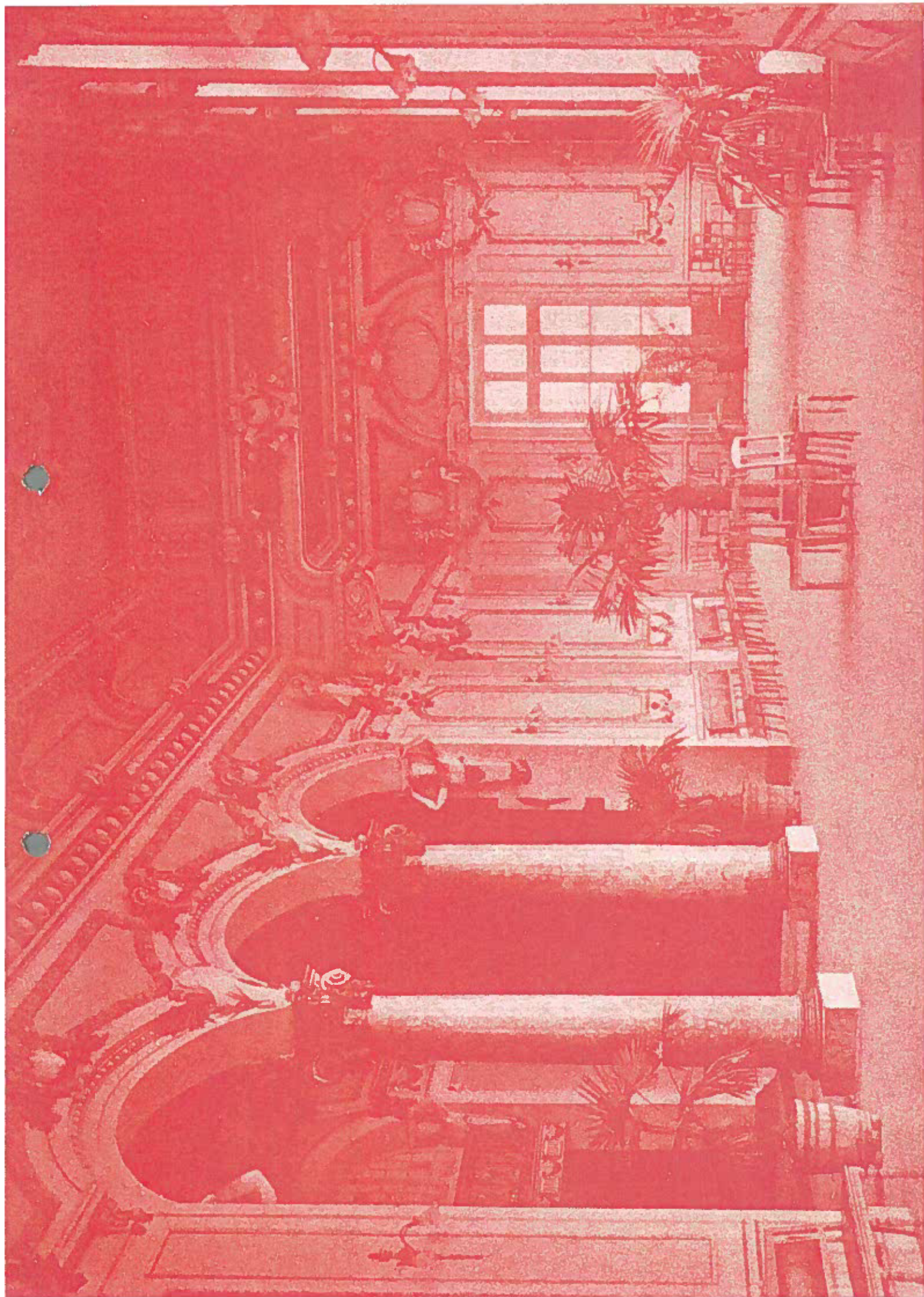
Posfácio

ROSA CUNHA

— pág. 278

Notas biográficas

— pág. 287



prefácio

A viagem deste teatro começou há mais de cem anos, quando outros já o sonhavam. Com ele, as viagens multiplicaram-se. Sobre ele, dilataram-se esse e outros sonhos entre a ficção e o real.

As suas suaves paragens serviram para desvendar a clivência de um percurso, provocando-o, continuando-o.

Mas o importante deste projeto não é procurar o percurso que conduz ao ponto de chegada, antes continuar a definir um caminho em que o tempo vinga e em que o movimento é distinto.

Suspensa entre estes dois mundos do antes e do agora, esta história explorou-se num mundo de outros mundos. Uma porta de entrada de escritos, de livros, de esculturas, de pinturas, de fotografias, de cartazes, de desenhos, de vozes.

Nada acontece em câmara escura, tudo é trazido à luz do teatro. Ainda que cruzando imagens, revelando histórias esquecidas, dando a conhecer um lugar que não é novo, mas sobre um olhar renovado, que não deixa de ser, afinal, a devolução de si mesmo ao seu lugar.

Andreia Garcia

Agora e aqui, cada olhar fixo testemunhado nas exposições do Projeto Memória pode aproximar-se ainda mais de cada imagem revelada. É o delicado peso da memória em livro. É a música e o teatro, é o circo e o comício político, é o cinema e a revista, é o tremor e o amor, é o passado e o presente, é o que sempre foi e o que há de ser.

Tudo junto, resulta numa nova viagem.

Nos arquivos, nas fotografias das fotografias, nas memórias sobre ele próprio sobrou tanto por ver, tanto por descobrir. Mas este é um universo encantador de imagens organizadas num lugar de palavras plurais, que lança um olhar flexível sobre esta história.

O Theatro Circo de Braga produziu cidade, paisagem, arquitetura, arte, ideias, pessoas, histórias e história. Por isso, este livro pressupõe tempo de degustação, quase que o mesmo tempo que demorou a travessia da sua história, porque embora de designio certo, nunca se sabe bem quando nos vamos perder em múltiplas imagens que reflectem sonhos, em hipóteses que se desentendem com fantasias, em desenhos que resultam na criação de utopias.

Este é um livro de muitas viagens numa só.

Os dias das últimas décadas passam-se aqui e aqui passar-se-ão outros tantos feitos de outras viagens. Viagens que são as imagens, as palavras...

É um rumo novo que é afinal a construção da memória. Uma memória possível de materializar se nos voltarmos para o lugar deste teatro, firmemente pronto para a nossa experiência. Memória que se sente com o corpo.

Não há ruína, ainda que nostalgia na linguagem sem limites, na narrativa potenciada pelos olhares, nos momentos palpáveis neste lugar único.

As memórias estão convocadas, as possibilidades de viagens lançadas, a distinção do teatro afirmada.

São representações que não abandonam o palco, que querem continuar e por isso, este livro nunca acaba.

Parece que sempre aqui estivemos.

